

**ILMA. SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE  
INSTITUÍDA PELA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO/COGED Nº  
18/2020.**

Processo Administrativo: SEI 1520.01.0001022/2019-76

Ex-Servidora: Fátima Da Conceição Francisco de Souza Guido

**FATIMA DA CONCEIÇÃO FRANCISCO DE SOUZA GUIDO,**  
já qualificada, vem, em causa própria, apresentar **ALEGAÇÕES FINAIS**, pelas  
questões de fato e de direito adiante expostas.

**1.DO PRETENSO ILÍCITO**

Como servidora fui indiciada (fl. 01) por haver, em tese<sup>1</sup>: *"infringido o artigo 216, inciso VI, artigo 246, inciso I, artigo 250, inciso V da Lei nº 869/52, estando sujeita às penas previstas no artigo 244 da mesma Lei, por ter, supostamente, cometido falhas na coordenação das atividades realizadas na Gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças da FAOP, conforme determinado no art.13 do Decreto nº 45.807/2011 (revogado pelo Decreto nº 47.350/2018), quando não realizou acompanhamento das movimentações orçamentárias, bancárias, contábeis e financeiras da fundação, possivelmente permitindo e concorrendo, com sua conduta, a perpetuação de irregularidades relacionadas a práticas lesivas aos cofres públicos, no âmbito da FAOP;"*

---

<sup>1</sup> Transcrição de trecho da pg.01 do presente PAD

## **2.DOS FATOS**

Em 10/05/2019 foi instaurada a sindicância n. 37/2019 visando apurar os fatos narrados na Nota técnica n. 2170.0166.19, emitida pela Unidade de Controle Interno da Fundação de Arte de Ouro Preto.

Abaixo citamos na íntegra a conclusão da referida Nota de Auditoria, por sua relevância ao entendimento dos fatos:

### **4. CONCLUSÃO**

Com base nos levantamentos realizados, constatamos as seguintes irregularidades na execução financeira do Convênio LABCOR:

- Saque de recursos da conta do convênio com finalidade desconhecida;
- Transferência de recursos da conta específica do convênio para as contas FAOP 2017 e da servidora A.C.M., MASP 1.107.420-0;
- Falta de correspondência entre os valores debitados na conta do Convênio e os pagamentos realizados;
- Uso dos rendimentos da aplicação financeira para finalidade diferente da prevista no convênio;
- Demonstrativos financeiros adulterados (extratos bancários da Caixa Econômica Federal, Convênio LABCOR, referente aos meses de outubro de 2017 a julho de 2018).

Há indícios de que estas irregularidades foram realizadas pela ex servidora da Fundação de Arte de Ouro Preto, A.C.M., MASP 1.107.420-0, que no exercício de suas funções empregou recursos públicos em finalidade diversa da prevista em lei.

Considerando que a exoneração de cargo comissionado não exime servidores da responsabilidade por ato cometido durante o exercício do cargo ou função, em razão das constatações apontadas neste documento, encaminho esta Nota de Auditoria à Subcontroladoria de Correição Administrativa da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais, para conhecimento e tomada de providências frente ao levantamento dos seguintes ilícitos administrativos ocorridos durante a execução do Convênio LABCOR, da Fundação de Arte de Ouro Preto:

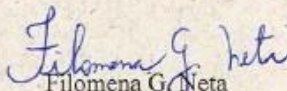
- Valimento do cargo ou função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função (artigo 217, inciso IV c/c artigo 246, inciso III da Lei Estadual nº 869 de 1952);
- Aplicação indevida de recursos públicos (artigo 249, inciso III da Lei Estadual nº 869 de 1952);
- Lesão dos cofres públicos (artigo 250, inciso IV da Lei Estadual nº 869 de 1952);



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Fundação de Arte de Ouro Preto  
Unidade Seccional de Controle Interno

- Falsificação de documento público (artigo 297 do Decreto-Lei nº 2.848 de 07.12.1940/Código Penal Brasileiro).

Unidade Seccional de Controle Interno – FAOP, Ouro Preto – 06 de fevereiro de 2019.

  
Filomena G. Neta  
Auditora Interna  
USCI - FAOP

Com a abertura da sindicância as pessoas que tiveram funções administrativas afetas ao alegado ilícito foram convocadas para oitiva.

Nota-se também, que em momento algum meu nome, quando indiciada, foi apontado no relatório de auditoria que fundamentou a sindicância, bem como fundamentou o presente PAD!

Todos os fatos narrados em Conclusão da auditoria referem-se a indícios de ilicitudes atribuídas à servidora ANA CAROLINA DE MEDEIROS, que utilizou-se de alegado “excesso de confiança” da então presidente da FAOP, a servidora JULIA AMÉLIA MITRAUD VIEIRA.

A ocorrência do ilícito apontado só concretizou-se pela confiança depositada, e, principalmente, pela relação de cumplicidade estabelecidas entre a

servidora ANA CAROLINA e JULIA AMÉLIA, conforme vimos nas provas colhidas na fase de instrução:

**TRECHOS DO TERMO DE DECLARAÇÃO PERANTE A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DA SRA. JULIA AMÉLIA MITRAUD VIEIRA**

"Aos 12 dias do mês de março de 2020... compareceu a DECLARANTE acima qualificada...Inquirida pela Presidente da Comissão sobre os fatos que motivaram a Sindicância administrativa Investigatória respondeu que hoje percebe que muitas ações foram realizadas de má-fé pela ex servidora Ana Carolina, que acreditava na boa conduta da ex servidora; que na época não foi percebido essa malícia; que a ex-servidora Ana Carolina preparou as minutas das portarias 10/2017, 10/2018 e 17/2018 e passou para a Procuradora; que a declarante afirma reconhecer hoje as irregularidades nas Portarias no que se refere as transferências eletrônicas entre contas bancárias por se tratarem de contas específicas de projetos;

(...)as senhas das contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal da declarante foi providenciada e realizada pela Gerente Ana Carolina junto à instituição bancária, acredita que tenha, em algum momento, autorizado tal ato, se recorda que a Gerente os "pressionava" alegando não conseguir fazer pagamento de fornecedores porque o banco estava solicitando a apresentação da Portaria para realizar os pagamentos aos fornecedores(...)"

**TRECHOS DO TERMO DE DECLARAÇÃO PERANTE A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DA SRA. ANA CECI FRANCO VIDAL MOTA**

"Aos 12 dias do mês de março de 2020... compareceu a DECLARANTE acima qualificada...Inquirida pela Presidente da Comissão sobre os fatos que motivaram a Sindicância administrativa Investigatória respondeu que (...),que não acompanhou as fases de pagamento das despesas do convênio; que estes ficavam a cargo de Ana Carolina;

(...)que Ana Carolina quando atendia, no sentido de se retornar a alguma demanda da declarante ou de outro servidor, o fazia apenas por intermédio da Presidente; que tinha impressão de que Ana Carolina era muito displicente, não conduzia determinadas situações com seriedade; que não havia contador na fundação e todas as funções financeiras e contábeis eram realizadas

na Gerência de Orçamentos, Planejamento e Finanças, chefiada por Ana Carolina.

**TRECHOS DO TERMO DE DECLACÃO PERANTE A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DO SR. JULIANO ADEUSI MOREIRA**

"Aos 12 dias do mês de março de 2020... compareceu o DECLARANTE acima qualificado...Inquirido pela Presidente da Comissão sobre os fatos que motivaram a Sindicância administrativa Investigatória respondeu que (...)que era comum a servidora Ana Carolina se reportar diretamente à Presidente assim como os demais;

(...)que não observou nada que causasse desconfiança quanto ao trabalho financeiro desenvolvido pela ex Gerente Ana Carolina e que era a única responsável e executora pelos processos relacionados à área financeira."

**3.DO DIREITO**

**A INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO – ROTINA ORGANIZACIONAL JÁ IMPLEMENTADA ANTES MESMO DE MINHA NOMEAÇÃO AO CARGO DE DIRETORA**

Quando nomeada em julho/2015 para a DPGF/FAOP, o quadro organizacional de sua diretoria já estava implementado. Isto é, já havia uma rotina de excessiva e preocupante confiança depositada pela então Presidente, JULIA ALMEIDA, à servidora gerente, ANA CAROLINA.

Os depoimentos carreados e já citados nesta peça defensiva dão conta deste fato.

Assim, o setor em que desempenhei minhas funções como diretora, havia a designação (fática e depois formal através das portarias assinadas pela presidente) de deliberação à Gerente, Ana Carolina.

A situação, como exposta, dá conta de que havia um "by-pass" articulado entre a minha "subordinada", Sra. ANA CAROLINA, e sua superiora, Presidente da

FAOP. Quando o subordinado encontra-se sobre proteção e deliberação da autoridade máxima do órgão cria-se um caminho de difícil detecção de irregularidades pela diretora.

A confiança depositada pela Presidente à gerente ANA CAROLINA não aparentava, à primeira vista, em uma situação de ilicitude. Não há que se falar em omissão hierárquica da minha parte porque a ausência de fiscalização de sua gerente se deu com atitudes permissivas da presidente. Ou seja: fui “vítima” do “esquema” já implantado e referendado pela Presidente da FAOP, minha superiora hierárquica.

Não há nos autos uma assinatura sequer minha em documento que comprometesse a correta aplicação dos recursos públicos. Alias, o relatório de auditoria sequer cita o meu nome!!!

É surpreendente o meu indiciamento sem que a autoridade fiscalizadora vislumbra-se ato ou omissão que teve origem em ordem sua.

O presente procedimento reveste-se de atos e “cambalachos” em que as 2 únicas pessoas envolvidas, seja por má-fé ou excesso de inocência foram a gerente e a presidente.

O afirmado no presente item restou provado por meio de provas testemunhais, em especial no depoimento perante a comissão de PAD da ex-presidente da FAOP e também no depoimento da Indiciada ANA CAROLINA. Em ambos, resta cristalina a ausência de minha participação nos atos que deram origem ao prejuízo amargado pela FAOP.

Na ausência de elementos que comprovem o meu vínculo com os atos irregulares praticados (ou seja, diante da ausência de ‘dolo’ por minha parte) a absolvição no presente PAD é medida de JUSTIÇA que se impõe.

#### **4.CONCLUSÃO**

Os fatos ilícitos narrados no presente PAD são estranhos à minha atuação, sendo que a perquirição administrativa demonstrou, principalmente pelas provas documentais – mas sobretudo pelas provas testemunhas- que se existe um rol de servidoras causadoras do dano ao erário, neste elenco eu não figuro.

Por todo exposto, requeiro a minha absolvição!

Nestes termos,

peço deferimento.

Mariana,09 de outubro de 2023.

**FATIMA DA CONCEIÇÃO FRANCISCO DE SOUZA GUIDO**